

Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

CHAMADA DE PROPOSTAS Nº 02/2016

**APOIO FINANCEIRO A CONSOLIDAÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES
DE CONSERVAÇÃO PELO PROJETO GEF-MAR
PO 2017-2019**

Brasília-DF /agosto de 2015

1. CONTEXTO

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar é um projeto do Governo Federal, instituído pela Portaria MMA Nº 349 de 26 de setembro de 2014 e implementado em parceria com instituições privadas e a sociedade civil para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira. De forma mais específica, o projeto busca apoiar a criação e implementação de um Sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil a fim de reduzir a perda de biodiversidade marinha e costeira. Este sistema integra diferentes categorias de Unidades de Conservação (UCs) e outras áreas protegidas, sob diferentes estratégias de gestão.

A conservação dos ecossistemas marinhos e costeiros beneficia diretamente comunidades tradicionais, garantindo o acesso a recursos naturais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dessas populações. A manutenção dos serviços ecossistêmicos gerados, como a capacidade de produção de alimentos, e a regulação climática, também contribui fortemente para a redução da pobreza e qualidade de vida. Além da fauna e flora locais, espécies migratórias também são afetadas, através da proteção de áreas importantes em que estas se alimentam, descansam ou se reproduzem, ao longo da costa brasileira.

O Projeto está alinhado às políticas nacionais brasileiras para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da zona marinha e costeira: Política Nacional de Biodiversidade, Metas Nacionais de Biodiversidade de 2010, Política Nacional de Recursos do Mar (PNRM) - incluindo o Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM VIII 2012 - 2015), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Avaliação, Monitoramento e Conservação de Biodiversidade Marinha (REVIMAR), entre outros.

O objetivo geral do projeto é apoiar a expansão de um sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira. São objetivos específicos:

- a. Aumentar para 5% (equivalente a 175.000 km²) a proteção da biodiversidade marinha e costeira do Brasil em AMCPs;
- b. Aumentar a proteção da biodiversidade em pelo menos 9.300 km² em áreas costeiras e marinhas; e
- c. Identificar, desenhar, e preparar para implementação pelo menos dois mecanismos financeiros capazes de contribuir para a sustentabilidade das áreas protegidas costeiras e marinhas em longo prazo.

O Projeto GEF-Mar está organizado em três principais instâncias: o Conselho do Projeto (CP), responsável pelo aconselhamento político e estratégico; o Comitê Operacional do Projeto (COP), unidade administrativa responsável por garantir a execução do projeto de acordo com seus objetivos, considerando as orientações do CP; e a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), instituída no Departamento de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), responsável por orientar os parceiros no planejamento de atividades bem como monitorar e supervisionar a implementação do projeto e atuar como elo entre o os diversos executores.

Tem-se ainda a Unidade de Gestão do Projeto (UGP), instituída no âmbito do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), responsável pela operacionalização e monitoramento da execução financeira do projeto; e a Unidade de Implementação do Projeto – UIP, instituída no ICMBio, responsável por supervisionar a execução e implementação das atividades pelas Unidades Executoras deste órgão. O COP é formado por membros da UCP, UIP e UGP.

O GEF-Mar é mantido por meio de recursos de doações do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e tem como agência implementadora o Banco Mundial, além de co-financiamento por parte da Petrobrás.

A meta de aumentar a proteção da biodiversidade em 9.300 km² diz respeito ao aumento da efetividade de gestão de unidades de conservação marinhas e costeiras. Desta forma, o Projeto apoia a consolidação das UCs por meio da aquisição de equipamentos, elaboração de planos de manejo, sistemas de proteção, monitoramento da biodiversidade, entre outros que se traduzem em uma gestão efetiva. Considera-se para isso dois níveis de consolidação de UC: Grau I e Grau II. Consolidação de Grau I compreende os instrumentos básicos necessários para a gestão da UC, e de Grau II, possibilita a realização de um conjunto adicional de atividades, tais como pesquisa e monitoramento da biodiversidade.

No âmbito desta meta de aumentar a área sob proteção efetiva, esta chamada de propostas visa identificar Unidades de Conservação marinhas ou costeiras criadas no âmbito estadual para apoio financeiro para consolidação.

2. OBJETIVO DA CHAMADA

Seleção de propostas para apoio financeiro, pelo Programa Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar), às atividades necessárias para consolidação de Unidades de Conservação na área marinha e costeira, a partir de 2016.

3. PROPONENTE

Os órgãos executores do SNUC no âmbito estadual poderão apresentar propostas de apoio a consolidação de Unidades de Conservação estaduais na área marinha e costeira, que atendam aos critérios de elegibilidade listados no item 7 desta chamada.

4. RECURSOS FINANCEIROS

As propostas apresentadas poderão pleitear o financiamento de atividades elegíveis, conforme disposto no item 8 desta chamada de propostas.

Os recursos destinados a cada unidade de conservação serão definidos a partir dos tetos previstos para cada marco referencial do Projeto, considerando o grau de consolidação da unidade (conforme pontuação obtida no item 2 do anexo 1 desta chamada), seu tamanho, bem como a aprovação do Comitê Operacional do Projeto.

5. EXECUÇÃO

As atividades apoiadas serão organizadas em Plano Operativo específico a cada unidade de conservação, com detalhamento de tarefas e insumos necessários à sua execução, e acompanhados dos respectivos valores, conforme calendário de planejamento definido pela Unidade de Coordenação do Programa (UCP).

As unidades devem atingir a consolidação, de acordo com os Marcos Referenciais do Projeto, até outubro de 2019, conforme o plano de consolidação da unidade a ser elaborado pelo órgão executor do SNUC proponente. Durante o apoio pelo projeto, o órgão gestor da unidade deverá buscar uma estratégia de sustentabilidade financeira a fim de manter o nível de consolidação alcançado durante o projeto após seu término.

6. CONTRAPARTIDA DO ÓRGÃO EXECUTOR DO SNUC

O órgão executor do SNUC deverá incluir e manter atualizadas as informações relativas a unidade de conservação no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Bem como seguir as

orientações do Manual Operacional do Programa (MOP)¹, atentando para as suas atribuições, conforme itens abaixo:

- a) Alocar recursos orçamentários para as UCs do Projeto GEF-Mar sob seu controle;
- b) Dotar de pessoal as UCs do Projeto GEF-Mar sob seu controle, de acordo com os Marcos Referenciais do Projeto e necessidades de gestão das UCs;
- c) Garantir a consolidação das UCs apoiadas pelo Projeto;
- d) Garantir a manutenção das UCs apoiadas pelo Projeto GEF-Mar, e a execução das atividades relacionadas a sua administração, bem como a disponibilização de equipes administrativas básicas, tudo de acordo com os Marcos Referencias aplicáveis;
- e) Elaborar os Planos de Manejo das UCs abarcadas pelo Projeto GEF-Mar, bem como disponibilizá-los aos parceiros quando aprovados, conforme o MOP;
- f) Executar os Planos de Manejo das UCs apoiadas pelo Projeto GEF-Mar;
- g) Implementar os Termos de Compromisso firmados com apoio do Projeto GEF-Mar;
- h) Elaborar o detalhamento dos Planos Operativos dentro dos tetos orçamentários estabelecidos pelo MMA e pelo COP;
- i) Fornecer as informações necessárias para que o Gestor do Projeto (Funbio) possa executar os orçamentos aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo Funbio;
- j) Prestar, sempre que solicitado, todo e qualquer esclarecimento ao Funbio e ao MMA, permitindo amplo acesso às informações e documentos, compartilhando mecanismos relacionados à execução do Projeto GEF-Mar;
- k) Informar imediatamente ao Funbio toda e qualquer alteração unilateral e/ou descumprimento dos serviços contratados pelo Funbio para que o mesmo possa atuar de forma a remediar a situação ou, se for o caso, tomar as medidas legais cabíveis contra os prestadores dos serviços;
- l) Recepcionar os prestadores de serviços contratados pelo Funbio, supervisionar e fornecer suporte para o adequado cumprimento dos contratos, como acesso à(s) UC(s) (quando necessário) ou a informações;

¹ http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80229/MOP_GEF_MAR_23out15_NO-BM.pdf

- m) Acompanhar as atividades de execução dos serviços e zelar pelo seu desempenho nas condições, forma e prazos contratados pelo Funbio, avaliando seus resultados;
- n) Adotar os procedimentos estabelecidos no MOP do Projeto;
- o) Informar ao Funbio, por ocasião da realização de viagens necessárias e de acordo com as previsões orçamentárias estabelecidas, os dados dos servidores de seu quadro, de outros órgãos governamentais ou terceiros, que tenham sido destacados para a execução dessas atividades, inclusive informando se são funcionários públicos ou não;
- p) Elaborar os Termos de Referência que servirão de base para a contratação dos serviços e as especificações técnicas para a aquisição de bens visando à execução dos Planos Operativos;
- q) Implementar a gestão da UC de forma participativa, por meio de Conselhos ou dispositivos específicos de cada UC;
- r) Proteger e garantir a integridade física das UCs, por meio da alocação das formas de fiscalização e controle disponíveis, e quando necessário solicitar ação supletiva do poder de polícia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA);
- s) Viabilizar a participação dos funcionários do OG das UCs nos fóruns, reuniões e treinamentos realizados pelo Projeto GEF-Mar;
- t) Indicar, em cada UC apoiada pelo Projeto, um servidor que será o ponto focal do Projeto GEF-Mar na UC;
- u) Apoiar a elaboração de relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Projeto GEF-Mar;
- v) Implementar o monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;
- w) Preparar relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA; e
- x) Prover informações e apoiar a elaboração dos relatórios previstos no MOP, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.

O apoio do Projeto está condicionado à adesão dos respectivos estados ao projeto, por meio da assinatura de um termo de cooperação entre órgãos estaduais e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio, com a interveniência do Ministério do Meio Ambiente. O órgão estadual que aderir ao projeto

deverá indicar um representante como Ponto Focal do estado, responsável por analisar e aprovar as demandas das Unidades de Conservação de seu estado.

7. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

- Localização na zona costeira e marinha²;

8. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA APOIO FINANCEIRO

O Programa apoia a implantação de uma estrutura mínima de gestão que garanta a integridade das UCs no curto prazo e viabilize o planejamento de médio prazo para que as UCs possam cumprir as finalidades para as quais foram criadas. Nesse sentido, são consideradas elegíveis as atividades abaixo:

- a) Implementação e manutenção da demarcação e sinalização da UC;
- b) Elaboração ou Revisão de Plano de Manejo (PM);
- c) Elaboração e implementação de Acordos de Gestão ou Plano de Utilização;
- d) Elaboração e implementação de Plano de Proteção;
- e) Elaboração, revisão e implementação de programa de pesquisa e gestão do conhecimento para subsidiar a gestão (manejo adaptativo);
- f) Monitoramento da Biodiversidade e Uso de Recurso;
- g) Aquisição e manutenção de equipamentos;
- h) Manutenção de instalações;
- i) Formação e manutenção do Conselho Gestor.

9. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas pelo órgão executor do SNUC até **16 de setembro de 2016** por meio do envio de ofício, assinado pelo dirigente máximo da instituição e digitalizado, para o e-mail institucional **gefmar_ucp@mma.gov.br**, acompanhado de **Nota Técnica fundamentando a proposta, Formulário de Inscrição (Anexo 1) e Formulário da Ferramenta Tracking Tool (Anexo 2)**

² <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/biodiversidade-aquatica/zona-costeira-e-marinha>

devidamente preenchidos, Plano de consolidação para a execução das atividades de consolidação até outubro de 2019 (Anexo 2), e base cartográfica em formato digital (.shp ou .kmz) da unidade.

10. PROCESSO DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS

I. As propostas recebidas dentro do prazo serão encaminhadas ao Comitê Operacional do Projeto (COP), com o objetivo de analisar propostas a partir dos seguintes critérios:

- a) Localização na zona costeira e marinha;
- b) Áreas que não sejam exclusivamente terrestres.
- c) Inserção no Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da biodiversidade Brasileira do governo federal ³;
- d) Área total da Unidade de Conservação;
- e) Endemismo e grau ameaça de espécies;
- f) Importância Biológica;
- g) Áreas Marinhas Ecologicamente ou Biologicamente Significativas;
- h) Sítios de Importância Internacional (Ramsar, Sítios do Patrimônio Mundial Natural - PMN);
- i) Manutenção dos serviços ecossistêmicos;
- j) Disponibilidade de equipe mínima para gestão da unidade;
- k) Áreas que não recebam atualmente apoio de outros Projetos financiados com recursos do GEF;
- l) Flagship - maior probabilidade de sucesso (antes / depois);
- m) Oportunidade para a sustentabilidade futura; e
- n) Oportunidades de sinergias/impacto dentro de um "sistema" de áreas (mosaicos).

A inclusão de novas áreas será avaliada pelo COP, que levará em conta os critérios acima elencados e/ou outros que forem julgados pertinentes.

³ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias>

- II. O COP elaborará um relatório de avaliação das propostas, classificando-as em ordem de prioridade para recebimento do apoio, podendo também recomendar a desclassificação de propostas que não atendam aos termos desta chamada de propostas, ou que apresentem informações insuficientes para subsidiar sua análise.
- III. A Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) realizará estimativa de custo de cada unidade de conservação classificada pelo COP, a partir da aplicação das ferramentas de planejamento do Projeto GEF-Mar, agregando estas informações ao relatório produzido pelo COP.
- IV. O COP analisará o relatório final de avaliação das propostas e deliberará sobre a adesão das unidades selecionadas.

11. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

O resultado final da seleção desta chamada de propostas será divulgado na página do Projeto GEF-Mar no site do MMA (<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/programas-e-projetos/projeto-gef-mar>) na **data provável de 23 de setembro de 2016**, em acordo com as deliberações do COP.

12. CRONOGRAMA

Procedimento	Prazo
Publicação da chamada	19/08/2016
Envio das propostas	Até 16/09/2016
Análise das propostas	19/09/2016 a 23/09/2016
Divulgação da lista de UC selecionadas	23/09/2016
Aprovação dos recursos para cada UC	07/10/2016
Elaboração do plano de trabalho e do plano de insumos	07/10/2016 a 31/10/2016
Início da execução das atividades	07/11/2017

ANEXO 1

Formulário de Inscrição

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nome da Unidade:

1.2. Categoria e objetivos da UC:

1.3. Atos Legais (nº e data da publicação):

1.4. Área (ha):

1.5. Logística de acesso predominante:

() muito difícil⁴

() difícil⁵

1.6. População estimada, se unidade de Uso Sustentável:

1.7. População a ser reassentada, se unidade de Proteção Integral:

1.8. Biodiversidade:

1.9. Inserção em Polígonos Prioritários para Conservação (previstos no Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da biodiversidade Brasileira). Se sim, especificar.

1.11 Existência de sobreposição com terras indígenas, territórios quilombolas, e/ou outros e descrição de eventuais conflitos.

1.12 Descrição da integração da gestão da UC com o entorno.

⁴ Que requer expedições de médio a grande porte, normalmente por via marítima, com logística complexa e permanência mínima de mais de uma semana

⁵ Que apresenta logística relativamente simples, com acesso por estrada, ou marítima rápida

ANEXO 2

Formulário da Ferramenta Tracking Tool

Preencher a planilha em anexo, conforme instruções no próprio documento.

ANEXO 3

Plano de Consolidação

Indicar o plano de avanço da UC para cada ano, conforme os cenários da Ferramenta Tracking Tool e questões apresentados no anexo 1 (Status da Unidade de Conservação). O plano de consolidação deve ser organizado de modo a alcançar a consolidação até dezembro de 2019.

Obs.1: Status consiste na informação apresentada no questionário da ficha de inscrição e Ferramenta Tracking Tool, reflete a situação atual da unidade

Obs.2: Plano de Consolidação consiste no planejamento plurianual de metas do Projeto, com projeção para três anos. O Plano de Consolidação é a ferramenta em que se realiza o planejamento do avanço da UC em termos do aumento da efetividade de sua gestão, partindo do Status da UC. As metas de avanço devem ser estabelecidas considerando a capacidade de execução, as prioridades das UC e dos órgãos executores do SNUC, e o cronograma de execução do Programa (Plano de Consolidação até dezembro de 2019).

Obs.3: A tabela apresenta para o ano de 2019 o cenário que representa a consolidação em grau I ou II, para cada questão.